

## APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

Apresentamos nosso livro *Produção do espaço, vida cotidiana e Serviço Social: diálogos com e além de Henri Lefebvre* com a alegria de quem construiu um caminho coletivo e, agora, compartilha seus saberes, fazeres, aprendizados e sistematizações. O ponto de convergência que agregou diferentes caminhos e pessoas foi a criação do UrbanoSS - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ).

Nascido no ano de 2016, o UrbanoSS tem sua trajetória associada a uma prática coletiva de esperar que convoca à experimentação e à construção de outras relações possíveis de ensino, ação-reflexão e de prática pedagógica de liberdade e de autonomia, de inspiração freiriana<sup>2</sup> na e da universidade. Relações comprometidas com o fazer e o pensar solidários, críticos e dialógicos entre os sujeitos da educação universitária que são, também, e de forma não menos importante, sujeitos da profissão do Serviço Social e da sociedade. Nesse espírito, foi realizado um convite às/aos estudantes de graduação e de pós-graduação na Faculdade de Serviço Social<sup>3</sup>, para construir e integrar um espaço coletivo de estudo e debate sobre seus objetos de investigação de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Mas, também um espaço que contemplasse suas experiências de “saber feito”, como ensina Paulo Freire<sup>4</sup>, a partir de suas trajetórias profissionais e/ou de militância social e política no âmbito das lutas sociais pelo direito à cidade, uma vez que, seus objetos de estudo nasceram como convocação da práxis crítica de ação-reflexão e transformação das relações sociais.

Assim, nasceu o UrbanoSS. Nos seis anos de sua existência, muitas/os das/os antigas/os orientandos permaneceram, mesmo após a de-

---

<sup>1</sup> DOI - 10.29388/978-65-81417-77-2-0-f.19-28

<sup>2</sup> FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011; FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

<sup>3</sup> O convite foi feito pela professora Isabel Cristina da Costa Cardoso às/aos estudantes sob sua orientação.

<sup>4</sup> FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

fesa de suas monografias, teses e dissertações, novas/os orientandas/os ingressaram e outros/as participantes chegaram, de diferentes lugares de formação e atuação em Serviço Social. Parte dessa trajetória se encontra sistematizada nos capítulos da coletânea. Neste percurso, uma de nós passou da condição de ex-orientanda e integrante do UrbanoSS, à condição de professora e companheira de trabalho na FSS/UERJ, dividindo a co-ordenação do grupo e, agora, a organização desta coletânea<sup>5</sup>. Parte dessa trajetória se encontra sistematizada nos capítulos da presente publicação.

A linha de costura proposta para entrelaçar diferentes objetos e acúmulos pessoais de saberes e de fazeres foi o pensamento de Henri Lefebvre e a centralidade da produção social do espaço para a ação-reflexão do Serviço Social sobre a dialética de produção e (re)produção das relações sociais. Este autor foi apresentado não como “solução” para as indagações e questões sobre objetos e processos de ação-reflexão sobre o mundo, a partir das relações sociais capitalistas de uma sociedade latino-americana como a brasileira, visceralmente marcada pelos processos tempo-espaciais do colonialismo e da colonialidade como forma-conteúdo da reprodução desigual e combinada do capitalismo na periferia. Mas como um caminho fecundo e desassossegado para a práxis, dimensão humana tão acalentada pelo autor na sua expressão trinitária e dialética do repetitivo, do mimético e da utopia como capacidade criadora humana e que mantém aberta a possibilidade da história como práxis do devir humano ou, em suas palavras, do projeto possível-impossível.

Mas é importante esclarecermos: a ideia de desassossego é aqui por nós acionada para acolher e expressar o que Lefebvre reflete no capítulo intitulado “Antropos ou cibernantropos: contribuição para a problemática do humanismo”, integrante do livro *Contra os tecnocratas* (1968), como o sofrimento que nasce da atitude que “[...] não hesita em tornar agudas as contradições, em dizê-las, em gritá-las sem dissimulá-las de baixo das flores da retórica.” (LEFEBVRE, 1968, p. 202)<sup>6</sup>. Eis o desassossego que estimula e impele as reflexões e os escritos do UrbanoSS, aqui reunidos e apresentados na coletânea: reconhecer as contradições

<sup>5</sup> Em 2017, Daniele Batista Brandt passou a integrar o corpo docente da FSS/UERJ.

<sup>6</sup> Esta reflexão foi desenvolvida no capítulo intitulado “Antropos ou cibernantropos: contribuição para a problemática do humanismo”, integrante do livro *Contra os tecnocratas* (LEFEBVRE, 1968).

da práxis, a partir das relações sociais capitalistas, para transformá-las em novas sínteses possíveis de práxis criadora. O possível baseado “[...] não na análise do atual, mas na crítica do atual [...]” enquanto ação estrategicamente orientada com alcance revolucionário do que, até então, era impossível (LEFEBVRE, 1968, p. 174).

Ao longo do tempo de nosso desenvolvimento como grupo de estudos, a leitura e o debate sobre a obra e o pensamento de Henri Lefebvre compôs o repertório formativo do UrbanoSS, notadamente a partir da tríade re-produção das relações sociais/produção social do espaço/vida cotidiana, com destaque para a problemática espacial como dimensão analítica e empírica das formas e conteúdos da relação natureza/sociedade/cultura. Mas um desafio assumido pelo grupo foi ir além de Lefebvre, colocando-o em diálogo com outras/os autoras/es, notadamente do pensamento social latinoamericano, a partir da escolha de temas e eixos problematizadores sobre as relações sociais e as diferentes problemáticas espaciais.

Assim, no ano de 2019, o UrbanoSS organizou o ciclo de estudos “[...] a produção social do espaço urbano e a interseccionalidade das relações sociais de raça, gênero e classe.”. No final de 2020 e ao longo do ano de 2021, já sob o contexto da pandemia de COVID-19 e das transformações decorrentes e aprofundadas pelo contexto pandêmico no cotidiano da vida social, em particular para o âmbito das relações e das práticas das instituições de educação, o UrbanoSS organizou o novo ciclo de estudos “Contradições e impactos do desenvolvimento capitalista sobre a re-produção socioambiental e fundiária do espaço: o que temos a aprender com as práxis anticapitalistas e suas pedagogias populares?”<sup>7</sup>. Considerando a sua realização de forma remota através da mediação tecnológica, em razão da necessidade de distanciamento social, o ciclo foi aberto à participação de novas/os participantes, inclusive de grupos de estudos, pesquisa e extensão, para além do Rio de Janeiro.

---

<sup>7</sup> Cabe aqui a menção importante desse novo ciclo de estudos ter contado, notadamente, com a participação, as trocas e aprendizagens propiciadas por professoras/es e alunos/as dos grupos de Pesquisa “Política Urbana e Movimentos Sociais” (GPPUMA) e “Sociedade, Territórios e Resistências na Amazônia (GESTERRA) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Esses grupos guardam relação com a história de constituição e desenvolvimento das ações extensionistas do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), também da FSS/UFPA.

Por último, cabe destacar que esta coletânea não se restringe à apresentação do percurso de ação-reflexão deste grupo de estudos e pesquisas, bem como de seus integrantes, o que por si já teria sua importância. Mas, até mesmo a elaboração da presente coletânea foi assumida pelo UrbanoSS como parte de um processo formativo, solidário e dialógico. Para tanto, os manuscritos foram socializados entre as/os integrantes do grupo e, em seguida, foram realizados dois encontros, em julho de 2021, para apresentação pelas/os suas/os autoras/es e discussão coletiva. Desse modo, mais do que uma coleção de diferentes obras individuais, a presente coletânea busca evocar o sentido de obra a partir do trabalho coletivo e das/os que vieram antes de nós, das/os que compartilharam desses espaços-tempos, com a esperança que venha a inspirar novas ações e reflexões sobre o espaço urbano, a vida cotidiana e o Serviço Social.

O primeiro capítulo que abre a coletânea, intitulado “A Produção Social do Espaço e Seus Campos Cegos: o desafio de seguir com e além de Lefebvre”, de autoria de Isabel Cristina da Costa Cardoso, em consonância com as proposições metodológicas deste autor, busca alargar o campo de reflexão e atuação sobre as contradições do e no espaço e da vida cotidiana. A autora, inspirada em Lefebvre, chama atenção para a necessidade de reconhecer os campos cegos produzidos no interior dos debates da chamada “questão urbana” por uma miríade de campos disciplinares do conhecimento científico. Assim, interroga algumas “zonas estáveis” dos saberes acadêmicos, como condição e caminho para o desafio de não só reconhecer o exercício desse poder cegante, mas de desejar transformá-lo. Nessa direção, o capítulo dialoga com a obra e o pensamento de Henri Lefebvre e propõe ir além dos seus estudos da produção social do espaço, do urbano, da vida cotidiana e do direito à cidade, a partir das contribuições do pensamento social crítico Latino-Americano sobre neoextrativismo, expropriações, decolonialidade; das reflexões de Rosa Luxemburgo e Nancy Fraser sobre a violência espoliadora e opressora das condições de reprodução ampliada do capital; do “giro ecoterritorial” do pensamento latino-americano, a partir da articulação das lutas indígenas e novas militâncias territoriais/ecológicas e feministas; e das contribuições teórica e política dos pensamentos de Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez sobre o racismo como práxis e relação social estruturante da

formação brasileira e as lutas antirracistas.

O capítulo seguinte, “Transporte, Mobilidade Urbana e Serviço Social: quando o urbano extrapola a política urbana”, de Daniele Batista Brandt, enfatiza a importância do tema enquanto preocupação teórico-prática dos assistentes sociais presente em diferentes campos de atuação. Segundo a autora, o uso do transporte para deslocamento no espaço, apesar de uma das atividades mais presentes em nosso cotidiano, apresenta grandes desigualdades de acesso pela classe trabalhadora na atualidade, constituindo uma das expressões da questão social e da problemática urbana, com grande potencial para fomentar lutas por direitos sociais e pelo direito à cidade. A autora oferece uma inusitada leitura do transporte e da mobilidade urbana a partir da teoria social crítica, em especial da contribuição Henri Lefebvre, assim como da relação do tema com a saúde, tendo como referência o cotidiano de trabalho de assistentes sociais em serviços de saúde, frente à qual problematiza as respostas do Estado brasileiro, com base em levantamento das ações governamentais para transporte de pessoas com doença crônica e/ou deficiência na cidade do Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo, “Desde o momento em que há movimento há utopia: aportes do marxismo lefebvriano para pensar a práxis revolucionária na dimensão da vida cotidiana”, de autoria de Mônica Brun Beyer, recupera a importância da crítica da vida cotidiana em Lefebvre, entendendo-a como parte do projeto intelectual e político emancipador do autor, para analisar a relação entre práxis e utopia. Segundo Mônica a vida cotidiana, terreno sobre o qual se projeta o possível-impossível, é o lugar do hegemônico, da reprodução, da subordinação e das proibições, mas é também do novo, da contestação, da utopia de uma práxis revolucionária. Assim, a autora recupera a centralidade da teoria dos resíduos de Lefebvre que, nas brechas de uma vida cotidiana programada, se conecta à práxis criadora do novo, que pode mobilizar a utopia, enquanto expressão de esperança e de resistência.

Os três capítulos que se seguem elegem a dimensão ambiental da produção social do espaço e da vida social como eixo condutor das reflexões sobre as relações sociedade, natureza, cultura na sociedade capitalista a partir de cenas históricas e espaciais de conflitos socioambientais

em distintos territórios e a partir de seus diferentes sujeitos. No capítulo quatro, sob o título “Movimentos sociais ambientais em Macaé e a questão urbana: a crítica no contexto de uma urbanização ecológica”, Matheus Thomaz da Silva volta sua atenção para as expressões da resistência à questão social e à problemática ambiental, a partir da atuação de movimentos sociais na cidade de Macaé-RJ, pequeno município com economia baseada em agricultura que, a partir de 1970, passou a cidade de porte médio, sede de um importante polo de prospecção de petróleo. Segundo o autor, houve um deslocamento da pauta dos movimentos ambientais, que aderiram à ideia de desenvolvimento sustentável, além de um processo de institucionalização em torno da Agenda 21. Cabe destacar que, além de apresentar um olhar crítico sobre o tema, orientado pela matriz teórico-metodológica marxiana, o autor dialoga com o pensamento decolonial, na perspectiva da ecologia política do Sul, ângulo pouco explorado pelo Serviço Social brasileiro.

O quinto capítulo, “Resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro: aproximações necessárias ao debate dos comuns, de Caroline Rodrigues da Silva e Bruno Alves de França, recuperar a experiência de luta contra a privatização da água no Rio de Janeiro, a partir da Campanha “Água Boa para Todos e Todas”, nos anos de 2020 e 2021. É resultado de um vigoroso esforço de sistematização dos autores, que apresenta o histórico do processo de mobilização da Campanha e enfatiza a diversidade entre os sujeitos políticos e as estratégias políticas adotadas no processo de resistência. Recupera os antecedentes do processo de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), colocando em evidência os fatos por trás dos argumentos da privatização como única saída para a universalização e a melhoria dos serviços de água e esgoto no estado. Além disso, traz importantes reflexões, informadas pelo paradigma dos comuns, para a construção de alternativas para a gestão das águas nas cidades.

Marina Rodrigues e Fábio Fraga abrem o sexto capítulo com o crime ambiental provocado pela empresa Samarco, no ano de 2015, há exatos sete anos, e elegem o plano de manejo de rejeito (PMR) implantado pela Fundação Renova, responsável pela execução das atividades de recuperação da bacia do Rio Doce, como objeto das reflexões. O

objetivo do texto é analisar o documento guia de recuperação das áreas degradadas, o PMR, a partir da seguinte questão norteadora: a aplicação do PMR leva em consideração os aspectos da vida cotidiana, as particularidades do modo de vida de cada comunidade afetada, os prejuízos culturais, a pluralidade dos espaços e impactos na divisão do trabalho e na autonomia dos indivíduos? Um crime ambiental de tamanha proporção destruidora para as formas de vida humana e não humana, as populações urbanas e rurais, os ecossistemas e a sociobiodiversidade, mantenedoras de bacias hidrográficas e das terras indígenas, desnudou a violência que acompanha historicamente o capitalismo extrativista, e, em especial, a cadeia produtiva extrativista da mineração que, para existir, anda de mãos dadas com o Estado.

Raphael Martins de Martins, em seu capítulo “A propriedade fundiária e a ‘questão social’: em busca da particularidade comum de suas diversas dimensões relativas à terra”, nos chama a “desatar” o nó da terra que, segundo o autor, é a particularidade comum que, no movimento do real, relaciona diferentes dimensões da “questão social”. Para tanto, propõe uma hipótese: há uma particularidade comum às expressões da “questão social” que se relacionam à terra. O segredo para o desvelamento de tais expressões está na crítica da economia política. Contudo, apenas tal desvelamento não se mostra suficiente. Faz-se necessário compreender a formação da propriedade da terra no Brasil, apreender as contradições relacionadas à produção do espaço e a constituição de sujeitos sociais na luta de classes. Ciente de que a produção social do espaço é fundamento teórico e metodológico para “desatar” o nó da terra, o autor elege o semiárido nordestino cearense como território da análise a partir do qual é problematizada a dialética das contradições da transformação da terra em propriedade privada e mercadoria como fundamento das desigualdades sociais e da reprodução social.

Na sequência das veredas abertas pela coletânea, a autora Daiane da Silva Pacheco, interrompe o fluxo tradicional das reflexões sobre a problemática do espaço, particularmente do fenômeno urbano, para alertar as/os leitoras/es sobre o argumento central de seu texto: as relações sociais que (re)produzem o espaço são interseccionadas por desigualdades de gênero, raça e classe. Não é possível, assim, corroborar

com as práticas de hierarquização cognitiva e política dessas relações sociais de opressão e exploração. Para a autora do capítulo “A (re)produção social do espaço: contribuições a partir da perspectiva interseccional”, nossa formação socioterritorial é atravessada interseccionalmente por desigualdades de gênero, raça e classe, reveladoras do grau de complexidades e contradições inerentes a relação trinitária capitalismo, patriarcado e racismo. Assim, os desafios para (re)apropriação das formas de habitar o espaço urbano e as estratégias de enfrentamento às desigualdades estruturais estão visceralmente relacionados a uma pauta ampla e plural, antirracista e anticapitalista.

Adentrando as interligações entre o campo profissional do Serviço Social e da política pública de habitação de interesse social, a coletânea chega ao nono e ao décimo capítulos, de autoria de Patrícia Nicola Menezes e Natália Coelho de Oliveira, respectivamente. No capítulo intitulado “A Zona Oeste como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social na cidade do Rio de Janeiro: considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Senador Camará”, Patrícia Nicola Menezes analisa a referida região enquanto eixo de expansão urbana de ocupação da cidade, notadamente dos usos sociais da terra para produção de habitação de interesse social, pela política pública municipal de habitação. Para tanto, parte do território do bairro de Senador Camará e de sua experiência profissional como Assistente Social junto à produção habitacional do referido Programa. Suas análises corroboram os estudos realizados no âmbito do Serviço Social e de outros campos disciplinares que problematizam o PMCMV como um vetor importante, ainda que relativamente recente, de expansão da cidade, a partir do clássico caminho de produção da moradia com urbanização rarefeita, tecido urbano socialmente fragmentado, com déficit de infraestrutura, de equipamentos, de serviços públicos e de empregos.

O décimo capítulo, “Determinações Contemporâneas do Trabalho Social na Habitação”, de autoria de Natália Coelho de Oliveira, adentra o universo do trabalho social na política de habitação e busca identificar e problematizar algumas de suas determinações contemporâneas, dando centralidade ao processo de precarização do trabalho do Assistente Social a partir das práticas de terceirização do trabalho social



pelos poderes públicos municipais. Seguindo os caminhos de sua pesquisa, a autora identifica a disseminação e institucionalização de conteúdo conservador e padronizado no que tange ao atendimento da população usuária. Assim, ocorre a propagação das condições materiais e subjetivas de alienação do sujeito trabalhador, posto que a prática da terceirização estabelece a fragmentação entre os que planejam e os que executam, entre os que fazem e os que fiscalizam o trabalho, fracionando o trabalhador coletivo em diferentes “átomos” de trabalho, aparentemente desconexos e, por isso mesmo, menos conscientes de sua condição de criadores do trabalho social, imprimindo na prática profissional, funções de controle social relacionadas às origens históricas.

Os dois últimos capítulos que fecham a coletânea trazem o protagonismo dos movimentos sociais de luta pela terra no campo e na cidade para o centro do debate. Caroline Magalhães Lima, no décimo capítulo, intitulado “A atuação profissional de assistentes sociais na “questão agrária”: uma experiência de assessoria junto a movimentos sociais”, nos oferece uma chave interpretativa sobre a questão agrária no Ceará através da experiência de atuação profissional, como professora de Serviço Social, no município cearense de Aracati, realizada entre 2016 e 2018, junto à Brigada Bernardo Marín, do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O exercício profissional, ao priorizar as dimensões investigativa e interventiva no âmbito da assessoria, contribuiu para aproximação e articulação entre as populações dos territórios acompanhados e a comunidade acadêmica, através da mediação importante da atividade de extensão universitária, vinculada a uma faculdade local. Dentre as diversas questões abordadas e problematizadas, cabe destacar a contribuição do texto para a compreensão do trabalho do Assistente Social junto aos movimentos sociais e para a implementação das diretrizes curriculares do Serviço Social, ao enfatizar: 1) a centralidade do ensino da questão agrária na compreensão do processo de desenvolvimento histórico-espacial da formação brasileira; e 2) a função social e popular da extensão universitária.

Ao partir de sua tese de doutoramento em Serviço Social, Maria Gorete da Gama e Silva escreve o capítulo “Operação urbana consorciada no Rio de Janeiro: luta e resistência pelo direito à moradia digna”, em

colaboração com Sandra Helena Ribeiro Cruz e Maria Elvira Rocha de Sá, professoras de Serviço Social e importantes referências históricas e afetivas que a formaram como Assistente Social na Universidade Federal do Pará. Sandra e Maria Elvira iniciaram Maria Gorete nos trabalhos de extensão e pesquisa universitárias sobre a questão urbana e as lutas dos movimentos sociais por terra e moradia em Belém-PA, através do PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana), uma referência histórica da extensão universitária na profissão. O capítulo das três autoras analisa a Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro (OUC do Porto), iniciada em 2009, pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através de parcerias público-privadas comandadas por consórcios entre capitais de grandes empresas do ramo da construção civil, e a subordinação da questão das necessidades habitacionais de interesse social às práticas rentistas, fundiárias e de transformação capitalista da terra urbana em finança, pela referida OUC.

Por fim, reiteramos nossa intenção e o esperar coletivo que as reflexões aqui reunidas contribuam para reforçar e fundamentar a importância da dimensão do espaço ou da problemática espacial, no sentido lefebvriano, para o Serviço Social. A sincronia e a diacronia do tempo histórico não se realizam sem se tornarem realidades concretas e empíricas no espaço. Assim, defendemos que o espaço importa ao Serviço Social pois, uma vez socialmente e historicamente produzido e com ele as práticas materiais e simbólicas espaciais, torna-se meio, condição e produto, bem como possibilidade e/ou limite à própria existência e reprodução das formas de vida humana e não humana das sociedades, revelando que o espaço não é “inerte” e, muito menos “pano de fundo” da história.

Rio de Janeiro, julho de 2022.  
Isabel Cristina da Costa Cardoso e  
Daniele Batista Brandt  
(Organizadoras)